



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e doze, às duas horas e trinta minutos, reuniram-se no auditório do Paço Municipal da Prefeitura de Palmas os membros da Comissão para Organização e Sistematização do Plano Municipal de Educação: Luzenir Poli Coutinho da Silveira, Sabrina Kelly Vieira Machado, Fátima Aparecida Borges Alves e Mário Joaquim Batista, representantes da Secretaria Municipal da Educação - Semed; Ivo Hemkmeier e Francisco Ribeiro de Sousa, representantes do Conselho Municipal de Educação – CME; Elis Raik Miranda de Carvalho, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Tocantins – Sintet; Adão Cirqueira Rodrigues, representante da Sociedade Civil Organizada; Rosilene Lagares, representante das Instituições de Ensino Superior; e como convidada, Glauciane Ribeiro Costa Marques, aluna da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Verificada a existência de quórum, a professora Luzenir informou as ausências justificadas: professor Weslei Pires Leite, representante do CME, que se encontrava em Brasília a serviço, e a professora Cristiane de Quadros, representante das Instituições de Ensino Superior, que estava na UFT, organizando os documentos de sua transferência. Também estava ausente o vereador Lúcio Campelo da Silva, representante da Câmara Municipal de Palmas, não sendo encaminhada à Comissão, até o momento, a justificativa de sua ausência. Em seguida, a presidente deu boas vindas aos presentes e apresentou a pauta da reunião: estudo das metas previstas no Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação -PEE, para educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e ainda o término da minuta do Projeto de Lei do Fórum Educação de Palmas. Enfatizou o desafio para a elaboração do Plano Municipal da Educação - PME, as mais de três mil emendas, agradeceu a presença de cada participante e franqueou a palavra para que cada um fizesse sua apresentação pessoal (vide lista anexada) Finalizada as apresentações, a professora Luzenir destacou que a reunião foi planejada para ser participativa de maneira que todos pudessem pensar juntos. Ato contínuo, a

34 palavra foi repassada à Professora Joana D’Arc Alves dos Santos, Assessora Executiva
35 do Conselho Estadual de Educação. A mesma falou que não gostaria de ser vista como
36 uma *expert* na área, mas uma pessoa comum, pronta para colaborar e aprender.
37 Destacou sobre a Comissão do Fórum Estadual, constituída para que o PEE fosse
38 revisado. Na sequência passou para a exposição da tabela comparativa, de maneira a
39 relacionar o que prevê o Plano Nacional de Educação – PNE/Projeto do Executivo, o
40 PNE/Substitutivo, o Plano Estadual de Educação/PEE e o que o Plano Municipal de
41 Educação/PME necessita definir ou contemplar, este a título de sugestão, conforme
42 orientação repassada pela professora Sabrina. A professora Joana enfatizou que o
43 Substitutivo do PNE traz uma discussão muito mais ampla das diretrizes, objetivos e
44 metas em comparação ao PEE que está bem mais sucinto, conforme quadro em anexo.
45 Avançou discorrendo sobre cada alteração proposta nos respectivos planos. Do art. 11 –
46 apontou que a principal mudança traz benefício à sociedade civil, que poderá realizar a
47 leitura dos indicadores estatísticos, porque os dados e as informações estarão mais
48 acessíveis à interpretação de todos. Dos objetivos e metas do ensino médio, acerca da
49 competência do Estado, apontou que tanto a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e
50 Bases da Educação Nacional sinalizam para se trabalhar no regime de colaboração. Citou
51 a visão da Professora Dorinha Seabra Rezende, ex-secretária estadual da educação e atual
52 deputada federal, que dizia que aluno não tem porteira. Nesse sentido, defendeu que o
53 município insira no seu PME o ensino médio e superior, pois não existem impedimentos
54 para que isso aconteça. Continuando, apontou que no PEE a meta três centrou-se na
55 questão da infraestrutura física da educação básica e o reordenamento da rede.
56 Contextualizou o momento que o plano foi concebido e quais eram os desafios da época
57 para que os participantes pudessem construir os cenários de outrora. Prosseguindo,
58 expôs as sugestões para o PME: o regime de colaboração, entretanto, frisou que a
59 responsabilidade desse nível de ensino é do estado e outras, conforme quadro anexo.
60 Sobre a avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem observou que as
61 questões que compõem a prova são separadas nas categorias fácil, média e difíceis e
62 precisam estar relacionadas aos conteúdos aprendidos no ensino médio. E que o Enem
63 oferece o melhor retrato da situação de aprendizagem dos alunos, sobretudo do ensino
64 fundamental, visto que a maioria deles não consegue responder questões consideradas
65 fáceis. Pontuou a importância de se trabalhar em colaboração entre os sistemas de
66 ensino em nível municipal e estadual. A professora Sabrina questionou qual era o
67 entendimento da professora Joana sobre a proposição apresentada desse regime de
68 colaboração, questionou que como membro da Comissão se sente responsável por

69 traduzir essas recomendações, uma vez que poderão vir a se constituir em metas, e
70 essas devem garantir o direito e atender as expectativas da sociedade, por isso
71 necessitava compreender a sugestão para descrevê-la quando da elaboração do PME. A
72 professora Joana disse que boa parte dos municípios tocaninenses não tem sistema
73 municipal constituído, observou que cada cidade tem autonomia para decidir sobre a
74 questão e o quanto essa situação fragiliza o próprio sistema. A professora Sabrina
75 destacou a complexidade dessa meta. A professora Rosilene propôs que essa discussão
76 fosse assumida pelo Estado, visto a vigência do atual Plano, ratificou que existem
77 municípios que não tem sistema constituído, mesmo sendo necessário estabelecê-los.
78 Acrescentou ainda sobre o item 3.7, a importância da promoção de atividades interativas
79 entre escolas públicas e particulares, visando um maior entrosamento e troca de
80 experiência na elaboração de padrões mínimos. A professora Joana contrapôs, pois
81 entende que quem deve coordenar essa discussão junto aos municípios é a União, uma
82 vez que o repasse expressivo de recursos financeiros provém da União. Replicou que
83 temos uma cultura de soberania, onde o município com sua autonomia não aceita que o
84 estado determine sobre a questão em discussão. Observou que quem financia esse
85 modelo é a própria União, logo o problema é também da União, dos Estados e dos
86 Municípios, e a única solução do seu ponto de vista, virá quando mexer no bolso de cada
87 ente federado, o incômodo poderia promover as mudanças desejadas, uma vez que não
88 existe vontade política para sanar esse vício. A professora Luzenir destacou a
89 necessidade de compreender três conceitos: o de autonomia, enquanto poder de decisão
90 no que é competência e como processo que prescinde de fases de assessoramento até a
91 possibilidade de exercê-la plenamente, citando como exemplo desse processo, a forma
92 como o adulto assessora o bebê até que este consiga andar; o de soberania, ressaltando
93 que esta está vinculada à competência e a legalidade dos atos; e, o de inter-relação das
94 políticas públicas nacional, estaduais e municipais, ratificando a fala da Profa. Rosilene de
95 que o estado do Tocantins deve provocar essa discussão, ainda que outros Estados não o
96 tenham feito, despontando-se na iniciativa. O professor Mário assinalou a necessidade de
97 se entender o conceito de rede e de sistema, disse que existem abusos de um lado e de
98 outro, citou três exemplos antigos ocorridos em certas cidades tocaninenses: a) em um
99 município “X”, a Secretária Municipal da Educação recebeu uma advertência por escrito
100 assinada pelo Secretário Estadual por descumprir uma portaria de instrução quanto às
101 matrículas; b) um município com sistema funcionando recebeu técnicos da Diretoria
102 Regional de Ensino – DRE designados para cumprir formalmente a ordem de averiguar os
103 atos do Conselho Municipal da Educação; c) um determinado município promoveu um

104 debate sobre sistema de ensino, mas os profissionais da educação opinaram e a
105 Secretaria acatou pela não criação, pois entenderam ser burocracia desnecessária a
106 regularização das escolas, argumentando que estas são para ensinar e que não necessita
107 de histórico complexo, pois os alunos não costumam sair da cidade. Continuando,
108 ratificou a propositura da professora Joana, e acrescentou que se o Conselho Estadual da
109 Educação - CEE promover essa discussão correrá o risco de ser aniquilado. O professor
110 Mário destacou a necessidade de envolver o Ministério Público Estadual – MPE nesse
111 processo de institucionalização da educação municipal, relatou ainda que quando
112 coordenador estadual da UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais da
113 Educação – esteve no Ministério Público tratando desse assunto, e à época o Promotor
114 solicitou verbalmente a relação dos municípios que não tinham sistema e nem faziam
115 parte oficialmente do sistema estadual, para que o próprio MPE pudesse proceder junto
116 ao prefeito na assinatura de um termo de ajuste de conduta, e assim fazer cumprir a lei
117 federal 9.394/96. Mas como estava vencendo seu segundo mandato, não foi dado retorno
118 ao MPE. A Professora Fátima relatou a experiência vivenciada quando da implantação
119 dos Conselhos Tutelares nos municípios tocantinenses, ação essa realizada com a
120 parceria do MPE, onde viajaram o interior do estado promovendo audiências públicas com
121 a comunidade local. A professora Joana disse que a saída poderá ser ressuscitar o
122 FPOEM – Fórum Permanente pela Organização da Educação Municipal, sugerindo a
123 professora Rosilene Lagares como articuladora dessa iniciativa. Ato contínuo, a
124 professora Joana prosseguiu à exposição do quadro comparativo, propôs que o PME
125 preveja a meta de monitoramento das ações referente ao ensino médio e superior,
126 contempladas respectivamente no PEE e PNE. O professor Francisco apontou que desde
127 a redemocratização do Brasil falta vontade política para articular um compromisso com a
128 educação, destacou que infelizmente as pessoas que assumem o poder não tem a
129 educação como prioridade e apontou que os próprios movimentos sociais precisam ser
130 reestruturados nessa questão. A professora Rosilene destacou positivamente as
131 propostas de direito de aprendizagem e a expectativa de aprendizagem para cada série
132 do ensino médio, conectado com o ensino fundamental. A professora Joana informou que
133 a proposta foi do Fórum de Conselhos de Educação e do Fórum Nacional de Educação. O
134 professor Mário compartilhou a seguinte experiência que ele, professor Ivo e docentes da
135 Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade tiveram tempos atrás, quando da
136 realização do Projeto Pré-Requisito, este sem o conhecimento da Semed. O mesmo
137 consistia na elaboração de conteúdos mínimos que deveriam ser dominados pelos alunos
138 para aprovação em cada série. A estratégia utilizada foi envolver as famílias de maneira

139 que pudesse conhecer o que seria exigido de aprendizagem dos seus filhos até o final do
140 ano, como condição para aprovação. Fazia-se o “conselho de classe final” antes do início
141 do ano, visando esclarecer aos alunos e pais o mínimo necessário a ser desenvolvido
142 naquele ano. Deixando claro que seriam ensinados outros conteúdos, e cobrados em
143 avaliações, entretanto, caso o aluno tivesse nota inferior à média, mas dominasse os
144 conteúdos mínimos estavam aprovados pelo conselho, estes conteúdos eram
145 disponibilizados por escrito aos pais e fixados na contracapa dos livros dos alunos no
146 início do ano e o controle de seu domínio era feito no mural de cada sala de aula por
147 alunos e professores. Ainda destacou que na sociedade democrática a educação é a mais
148 estúpida, porque é injusta e desigual. Presos a notas e não à aprendizagem, a nota
149 pressupõe que o aluno morre após a avaliação, pois um “três” no início do ano continua
150 “três” até o final do ano e no histórico escolar para sempre como se aluno nada
151 aprendesse após aquela avaliação. E no final do ano faz-se um julgamento em que o réu
152 não está, e muitas das vezes, não lhe é esclarecido o que era condição à aprovação. O
153 professor Francisco enfatizou que a educação é um processo educativo, coletivo e social,
154 envolve infraestrutura, saneamento, saúde, habitação, estruturação familiar entre outros.
155 Com a palavra, a professora Luzenir colocou para votação um intervalo de dez minutos,
156 sendo aceita. Ato contínuo reiniciou-se a apresentação do quadro comparativo da
157 professora Joana, que na sequência propôs a inserção da meta no PME: o Município e o
158 Estado juntos estimulem cursos nas áreas: tecnológica e profissionalizantes, finalizando
159 assim a apresentação sobre o ensino médio. A professora Luzenir indagou se a
160 professora Joana poderia apresentar o ensino superior na próxima reunião, dia 22 de
161 maio, e esta confirmou. Prosseguindo, a professora Luzenir agradeceu a presença e a
162 disponibilidade da Professora Joana; ratificou que a Comissão necessitará ainda muito
163 das suas contribuições. A professora Joana se colocou à disposição e que o PEE quando
164 for revisado também precisará da Comissão do PME. A presidente Luzenir frisou que,
165 conforme disse a professora Rosilene o substitutivo do PNE está trazendo mudanças
166 conceituais, e destacou que podem ser observadas algumas marcas: equidade, conceito
167 mais amplo de igualdade; diversidade; regime de colaboração e intersetorialidade.
168 Ressaltou que estas marcas precisam permear o PME. Acrescentou que a escola é um
169 *locus* privilegiado para outras políticas, mas a escola ou a educação sozinha não tem
170 como atender às necessidades dos alunos relacionadas à saúde, a habitação e outros,
171 mas é espaço para que isso aconteça. Por isso, deve estar contemplada no PME, metas
172 e objetivos que traduzam essas questões, prevendo articulação e envolvimento das
173 respectivas pastas. A professora Fátima chamou a atenção que cada política a ser

174 executada na escola deve ter fonte financiadora. A professora Luzenir destacou que se
175 podem identificar as demandas de ações de saúde, por exemplo, e encaminhar
176 previamente para a área respectiva e assim sucessivamente. A técnica da Semed,
177 professora Lúcia disse que o Programa Bolsa Família é um exemplo de intersetorialidade.
178 A professora Sabrina expôs que esse programa serviu de base para implantação e
179 implementação do CADÚNICO, usado na política habitacional quando da distribuição de
180 habitação. A professora Rosilene retificou que a escola como locus privilegiado é para a
181 ação do trabalho educacional e pedagógica, sendo este o fim. A Profa. Luzenir disse que
182 no caso do trabalho pedagógico a escola não é *locus* privilegiado, mas *lócus* cuja
183 finalidade é o trabalho pedagógico e que possibilita ações de outras políticas. A
184 professora Fátima disse que o planejamento consiste em mapear as necessidades para a
185 partir daí construir metas. A professora Luzenir disse que quaisquer das ações precisam
186 estar contempladas Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA
187 e no Plano Plurianual - PPA. Em seguida, propôs a leitura da minuta do Projeto Lei do
188 Fórum, no espaço do Grupo Yahoo, assim cada um poderia apresentar suas sugestões. A
189 proposta foi aceita e, em seguida, encerrou-se a reunião. Sem mais a tratar, eu, Sabrina
190 Kelly Vieira Machado, secretariei a reunião, lavrei esta ata que após ser lida e aprovada
191 será assinada pelos presentes. _____

192 **MEMBROS DA COMISSÃO:**

193 Adão Cirqueira Rodrigues _____
194 Elis Raik Miranda de Carvalho _____
195 Fátima Aparecida Borges Alves _____
196 Francisco Ribeiro de Sousa _____
197 Ivo Hebkmeier _____
198 Luzenir Poli Coutinho da Silveira _____
199 Mário Joaquim Batista _____
200 Rosilene Lagares _____
201 Sabrina Kelly Vieira Machado _____

202 **CONVIDADOS, LISTA EM ANEXO.**